

Opinião

Quão nova é a nova política comercial?

✳ PEDRO DA MOTTA VEIGA E SANDRA POLÓNIA RIOS

O governo Michel Temer traz mudanças importantes na retórica da política comercial brasileira. Ao nomear José Serra – um ministro politicamente forte e crítico contumaz da política externa do PT – para o Itamaraty, o novo governo procura demonstrar uma ruptura com a orientação da política externa anterior, inclusive na área econômica.

Em seu discurso de posse, o ministro José Serra apresentou dez diretrizes para a nova política externa brasileira. Já na primeira diretriz, estabelece um contraponto à visão que orientou a política externa de seus antecessores petistas, que privilegiou relações e alianças segundo critérios políticos e ideológicos e conferiu peso reduzido aos interesses econômicos na definição das estratégias externas ado-

tadas pelo País. A importância do componente econômico na nova política externa fica patente na composição do discurso: das dez diretrizes, seis são voltadas à política comercial.

Apesar da ênfase nos temas de política comercial, as novas diretrizes relacionadas a estes temas apresentam mudanças mais de retórica do que de conteúdo, quando comparadas aos objetivos plasmados no Plano Nacional de Exportações (PNE), divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em julho de 2015.

Na área de política comercial, talvez a principal mudança de orientação esteja relacionada ao Mercosul. O ministro afirma ser necessário “renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada, quanto ao próprio livre-comércio entre seus países-membros, que ainda deixa a desejar, de promover uma prosperidade compartilhada e continuar a construir pontes...”. A ênfase parece voltar-se, portanto,

para a eliminação dos entraves ao comércio intrabloco, sem esclarecer qual será a posição brasileira quanto à possibilidade de abandonar o compromisso com a Tarifa Externa Comum (TEC) ou mesmo com a negociação da agenda externa em conjunto com o bloco.

Há também uma mudança na visão sobre o papel do multilateralismo na agenda comercial brasileira. O ministro afirma que “o Brasil não

Até o momento parece haver mais continuidade do que ruptura às tendências de 2015

mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como aconteceu desde a década passada...”. No entanto, à ênfase na necessidade de avançar em acordos preferenciais de comércio não corresponde a apresentação de uma agenda de

negociações muito distinta da que se explicitou no PNE.

Em síntese, os primeiros sinais de mudança na política econômica externa são mais claros e enfáticos no que se refere às grandes orientações de política externa do que à condução da política comercial. Uma nova orientação na política externa, que confira maior centralidade aos interesses econômicos do País na definição das estratégias de inserção internacional, é condição necessária, mas não suficiente, para uma nova política comercial. No caso desta, parece haver, pelo menos até o momento, mais continuidade do que ruptura em relação a tendências que se consolidaram a partir de 2015 e que apontam para a volta das negociações preferenciais ao menu de políticas públicas no Brasil.

Uma indicação desta continuidade é dada pela rejeição, no discurso do novo ministro, a iniciativas unilaterais de reforma comercial que apontem na direção de maior abertura da economia brasileira. Em rela-

ção a esta questão, afirmou o ministro Serra sua disposição para utilizar “pragmaticamente a vantagem do acesso ao nosso grande mercado interno como instrumento de obtenção de concessões negociadas na base da reciprocidade equilibrada. Nada seria mais equivocado, errôneo, nesta fase do desenvolvimento brasileiro, do que fazer concessões sem reciprocidade”.

O Brasil continua sendo uma das economias mais fechadas do mundo e será difícil negociar acordos comerciais com países relevantes, se a sociedade brasileira não se convencer dos benefícios da abertura comercial. É impossível negociar reciprocidade equilibrada entre países com graus de abertura muito díspares.

✳ SÃO DIRETORES DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES)

CELSONO MING ESTÁ DE LICENÇA

Editorial econômico

Inadimplência recorde inibe investimentos



A inadimplência das empresas continua sendo um dos mais sérios problemas da economia brasileira e ainda não surgiram sinais de melhora. Levantamento feito pela Serasa Experian revela que, em abril, de um total de 8 milhões de empresas em operação no País, 4,4 milhões, ou seja, mais da metade, estavam inadimplentes (com compromissos financeiros em atraso por mais de 90 dias).

As empresas mais afetadas (45,2%) têm sido lojas de vestuário, concessionárias de veículos, lojas de eletrodomésticos, entre outras; outros 45% das empresas pertencem ao setor de serviços e 8,9% são indústrias. O total é recorde, superando a marca de junho de 2015, quando o número de companhias inadimplentes chegava a 3,8 milhões. O Sudeste, com 51%, é a região que responde pela maior parte das empresas com dívidas em atraso.

A maior parte dessas empresas “negativadas”, em período de alto custo do dinheiro, é de pequeno e médio portes. Essas empresas são responsáveis pela maior geração de empregos no País. Para não fechar as portas, os pequenos estabelecimentos são obrigados a dispensar pessoal e atrasar o pagamento de

compromissos, na esperança da ativação dos negócios.

Essa situação não vem de hoje. Com a progressiva deterioração da economia, as empresas de diversas áreas foram surpreendidas pela forte retração da demanda, que, combinada com a restrição do crédito, lhes acarretou custos adicionais. Como observou o economista Mário Mesquita, ex-diretor do Banco Central e sócio do Brasil Plural, muitas companhias tinham projetos de investimento que não tiveram o retorno esperado, agravando seu endividamento. O efeito dessa frustração influi na disposição do setor privado em geral de fazer novos investimentos.

Da mesma forma que ocorre com os consumidores, pode haver negociação entre os credores e as empresas para a solução de problemas do endividamento. Como a maioria dos inadimplentes (57,1%) tem dívidas com apenas um credor, as negociações nesses casos seriam, em tese, mais fáceis, mas elas podem ocorrer também com outras empresas. Tudo depende do ambiente dos negócios.

Havendo mais confiança do mercado quanto à perspectiva de estabilidade da economia, como condição básica para a retomada do desenvolvimento, o ritmo de crescimento da inadimplência das empresas pode e deve baixar.

Opinião

Não é pouco

✳ ROGÉRIO L. FURQUIM WERNECK

Michel Temer assumiu a Presidência há cinco semanas. E a vida não lhe tem sido fácil. Às voltas com embaraços da Lava Jato, excessos do Centrão, protestos contra a extinção de ministérios e queixas quanto ao seu “gabinete de homens brancos”, Temer confessou à *Folha de S.Paulo* (13/6) que o exercício do cargo “tem sido uma guerra”.

Mas, apesar da sensação de desgaste e irresolução que tem emanado dessas muitas dificuldades e das idas e vindas de Temer, há que reconhecer o notável sucesso que seu governo tem mostrado ante dois desafios cruciais. Em pouco mais de um mês, Temer conseguiu montar uma equipe econômica de excelente nível e, também, esboçar a consolidação de uma base parlamentar ampla, que, por problemática que seja, se tem mostrado razoavelmente eficaz. Não é pouco. Ao concentrar seu limitado capital político inicial na consecução destes dois objetivos, Temer tornou bem mais crível a perspectiva de levar adiante o difícil programa econômico que contempla para o País.

Para dar o devido valor à montagem de uma equipe econômica tão boa – em tão pouco tempo e em condições tão adversas – é preciso ter em mente que há mais de uma década não se vê no País equipe de nível similar. Sem ir mais longe, basta comparar a tripula-

ção que hoje se tem na Fazenda e no Banco Central com a que foi recrutada por Dilma no seu primeiro mandato.

A experiência mostra que formar uma equipe de alto nível é sempre muito difícil. Mais difícil ainda para um governo interino, como o atual, que, na melhor das hipóteses, terá pouco mais de 30 meses de mandato. Vale aqui lembrar a enorme dificuldade que teve o presidente Itamar Franco para conseguir montar uma equipe econômica razoável no início do seu curto mandato.

Tendo nomeado, ao longo dos primeiros sete meses de governo, três ministros da Fazenda que, em média, duraram 75 dias no cargo, Itamar deixou ao quarto ministro – Fernando Henrique Cardoso – uma missão impossível: encontrar profissionais com perfil adequado que se dispusessem a integrar a quarta equipe econômica de um presidente que se mostrava absurdamente instável e mercurial, com menos de 20 meses de mandato e às voltas com uma taxa de inflação da ordem de 30% ao mês. Ter enfrentado com tanto sucesso essa missão impossível e viabilizado o Plano Real talvez tenham sido o melhor momento da longa carreira de FHC, por mais notável que tenha sido seu desempenho posterior como presidente da República.

Por razões um tanto distintas, Temer parecia fadado a enfrentar sérias dificuldades para montar uma equipe econômica razoável. E, no entanto, ao recrutar Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn, acabou conseguindo atrair um leque de profissionais da melhor

qualidade e montar uma equipe econômica para ninguém botar defeito.

Diante do quadro de devastação atual, não se pode subestimar as reais proporções do desafio de reconstrução que o governo tem pela frente. E é reconfortante saber que, ao enfrentar tal desafio, o governo ao menos poderá contar com uma equipe econômica extraída do que o País tem de melhor.

É mais do que sabido, contudo, que a superação da crise deverá exigir bem mais do que uma equipe econômica de alto nível. Seria desajustado, a esta altura, dar asas a devaneios de onipotência tecnocrática. Uma equipe de qualidade é absolutamente fundamental. Mas tendo em vista a agenda de política econômica que hoje se faz necessária, a superação da crise também deverá exigir sólido respaldo do Congresso.

Não se pode dizer que Temer tenha descuidado desse segundo requisito. Muito ao contrário. Apostou parte substancial do seu capital político inicial na composição de um Ministério que possa lhe assegurar, na medida do possível, uma base parlamentar minimamente confiável, no terreno move-dido de um Congresso acossado pela Lava Jato. É só o começo. Ainda há muita incerteza pela frente. E tudo indica que, da perspectiva de Temer, continuará sendo “uma guerra”. Mas é um bom começo.

✳ ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

Panorama Econômico

JACK LEW
SECRETÁRIO DO TESOUREIRO DOS ESTADOS UNIDOS
“A reestruturação de indústrias leva anos, não dias (sobre a demora de a China fazer reformas).”

DYOGO OLIVEIRA
MINISTRO INTERINO DO PLANEJAMENTO
“Nós teremos uma meta com resultado negativo (no ano que vem) com certeza.”

JOAQUIM COTTANI
ECONOMISTA-CHEFE DA S&P PARA A AMÉRICA LATINA
“Mudanças podem e devem ser feitas rapidamente (no Brasil), mas resultado leva, no mínimo, um ano.”

ESTADOS UNIDOS

Inflação ao consumidor desacelerou em maio

A alta dos preços ao consumidor nos EUA desacelerou em maio, mas altas nos custos de moradia e saúde mantiveram a inflação sustentada, o que pode permitir ao Federal Reserve elevar a taxa de juros este ano. O Departamento do Trabalho informou que seu Índice de Preços ao Consumidor avançou 0,2% em maio, ante alta de 0,4% em abril.

JAPÃO

BC mantém política monetária e otimismo

O Banco Central do Japão manteve a política monetária e sua visão otimista da economia ontem, mesmo com renovadas altas do iene e queda nos preços das ações ameaçando afetar a confiança empresarial e a frágil recuperação. O BC manteve em -0,1% a taxa de juros que aplica a algumas reservas excedentes que as instituições financeiras deixam no banco.

“A estratégia de curto prazo do atual conselho é vender ativos e resolver o problema financeiro. Nos próximos quatro anos, a Petrobrás tem de pagar um volume alto de dívida, o que pode ameaçar os investimentos, mas é possível uma solução sem a necessidade de um comprometimento estrutural a longo prazo.”
Sergio Gabrielli
EX-PRESIDENTE DA PETROBRÁS

ÍNDIA
Grupo propõe criação de ‘ministério da vaca’
O grupo World Hindu Council, que defende interesses da população hindu na Índia, está pleiteando com o primeiro-ministro Narendra Modi a criação de um ministério para proteção das vacas, animal considerado sagrado pela religião predominante no país. A Índia não conta com uma lei geral que proíba o abate de vacas, mas há restrições nas legisla-

ções locais de vários Estados. Apesar das barreiras, o país é um dos maiores exportadores de carne do mundo, responsável por 24% da exportação global, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA.

● **Prisma fiscal**
Os analistas do mercado financeiro elevaram a projeção de déficit para as contas do governo neste ano
R\$ 134,178 bi
é a nova estimativa, segundo mediana das expectativas do Prisma Fiscal de maio, do Ministério da Fazenda; no mês passado, previsão era de R\$ 104 bilhões

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - ORIGEM SESA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20160374 - PUBLICAÇÃO Nº 201607878
OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Medicamentos para atender pacientes provenientes de Mandado Judicial, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 3742016, até o dia 01/07/2016 às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 15 de Junho de 2016. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

Emurb
EMURB - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO
A Empresa Municipal de Urbanismo de São José do Rio Preto torna público aos interessados que se acha aberta CONCORRÊNCIA PÚBLICA para concessão de uso da Área medindo 17.139 m² (dezesete mil, cento e trinta e nove metros quadrados), localizada abaixo do complexo de Viadutos Jordão Reis, exclusivamente para a realização de feira de automóveis, camionetas, utilitários, motocicletas e motonetas usadas, bem como publicidade e propaganda pertencentes a esta atividade. O recebimento dos envelopes com a documentação e proposta será até o dia 20 de Junho de 2016, até às 09h30min e abertura no mesmo dia às 10h00min. O Edital na íntegra, respectos anexos e demais informações, encontram-se a disposição dos interessados na Administração da Emurb, situada na Av. Philadelpho Manoel Gouveia Neto Nº 2150 - Jardim Mona. São José do Rio Preto, 17 de Junho de 2016. Gil Eduardo Ferreira Fontes Diretor Presidente

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENFERMEIROS - FNE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
A Federação Nacional dos Enfermeiros, entidade sindical de segundo grau, inscrita no CNPJ sob o número 03.658.291/0001-06, situada no Setor Comercial Sul, quadra 01, bloco G Edifício Baracat, sala 201, CEP 70.309-900, neste ato representada por sua presidente, Solange Aparecida Caetano, que no uso de suas atribuições, estatutárias previstas no artigo 31 do Estatuto Social da entidade, vem respeitosamente CONVOCAR o X CONGRESSO NACIONAL SINDICAL DOS ENFERMEIROS - X CONSE, que se realizará nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2016, no Holiday Inn Hotel, situado à Rua Professor Milton Rodrigues, 100 - Anhembi, São Paulo - SP. Na realização do X CONSE ocorrerão as Eleições Sindicais para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal, para gestão do período 2016 / 2019, tendo do seguinte cronograma: Dia 18 de setembro de 2016 - Eleição da Comissão Eleitoral; dias 19 e 20 de setembro de 2016, das 08h às 19h - funcionamento da Secretaria da Comissão Eleitoral para Registro de Chapa (s), Impugnação de Chapa (s), realização do Processo de Votação, Eleição e Proclamação da Chapa eleita, que terão horários definidos em Regulamento Eleitoral, elaborado pela Comissão Eleitoral. E, dando total cumprimento às normas estatutárias da entidade, será este Edital publicado no Diário Oficial da União, afixado na sede da Federação Nacional dos Enfermeiros, e nos meios de comunicação da entidade. Solange Aparecida Caetano - Presidente.